Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Diversidade sexual e de gênero, resistência camponesa e reprodução social: uma análise do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Sexual and Gender Diversity, Peasant Resistance, and Social Reproduction: An Analysis of Brazil's Small Farmers Movement (MPA)

Raul Amorim

Resumo
O artigo analisa como a diversidade sexual e de gênero se articula às estratégias de resistência territorial e às condições de reprodução social no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo utiliza análise documental e análise de conteúdo para examinar materiais produzidos pelo movimento entre 2019 e 2025. Os resultados indicam um deslocamento da diversidade de uma dimensão predominantemente formativa para uma dimensão estruturante da reprodução social do campesinato. Evidencia-se que normas de gênero e sexualidade atuam como mediações no acesso à terra, ao trabalho, ao reconhecimento social e à permanência territorial, influenciando processos de sucessão camponesa. A análise sugere ainda uma ampliação da compreensão sobre quem compõe o sujeito coletivo do campesinato. Conclui-se que a incorporação dessas mediações amplia a compreensão da resistência camponesa e das condições de reprodução social nos territórios rurais.

Palavras-chave: Movimentos agrários; Políticas públicas; Juventude camponesa; Diversidade sexual e de gênero; Sucessão rural.

Abstract
This article analyzes how sexual and gender diversity is articulated with strategies of territorial resistance and the conditions of social reproduction within the Small Farmers Movement (MPA). Grounded in historical-dialectical materialism, the study employs documentary analysis and content analysis to examine materials produced by the movement between 2019 and 2025. The findings indicate a shift in which diversity moves from a predominantly educational and formative dimension to a structuring element of peasant social reproduction. Gender and sexuality norms are shown to operate as mediations in access to land, labor, social recognition, and territorial permanence, influencing processes of peasant succession. The analysis also suggests an expanded understanding of who constitutes the collective subject of the peasantry. It concludes that incorporating these mediations broadens the understanding of peasant resistance and the conditions of social reproduction in rural territories.

Keywords: Agrarian movements; Public policies; Peasant youth; Sexual and gender diversity; Rural succession.

Citação sugerida
AMORIM, Raul W. C. Diversidade sexual e de gênero, resistência camponesa e reprodução social: uma análise do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-24, e0260019, jan./dez. 2026.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

DOI: https://doi.org/10.36920/qhe0nc89

Submissão:
15 abr. 2026

Aceite:
13 ago. 2026

Publicação:
13 out. 2026

Introdução: o campo brasileiro como terreno de conflito

O agronegócio no Brasil contemporâneo constitui-se como uma ofensiva macroeconômica de larga escala fundamentada na mundialização da agricultura. Conforme analisa Oliveira (2016), esse processo é marcado pela subordinação da terra à lógica da mercadoria-forma e pela financeirização, priorizando a acumulação de capital em detrimento da reprodução social. Tal dinâmica resulta em pressão constante sobre os territórios camponeses e na desestruturação das bases materiais da agricultura familiar.

Essa configuração expressa-se em conflitos territoriais derivados da expansão da fronteira agrícola. Para Fernandes (2008), a disputa pela terra revela o enfrentamento entre a territorialidade do capital e a territorialidade camponesa, que se diferenciam não apenas pela forma de uso do solo, mas pela própria concepção de território enquanto espaço de reprodução da vida.

Os impactos desse modelo incidem também sobre a biodiversidade e os modos de vida tradicionais. Para Porto-Gonçalves (2006), a globalização da natureza impõe uma racionalidade que tende a homogeneizar tanto os sistemas produtivos quanto os sistemas socioculturais, fragilizando saberes locais e formas diversas de organização da vida.

No plano da superestrutura, o avanço do conservadorismo político e religioso configura um fenômeno amplo da sociedade contemporânea, incidindo tanto sobre espaços urbanos quanto rurais. Nesse contexto, o patriarcado pode ser compreendido como uma das engrenagens responsáveis pela reprodução de normas morais e hierarquias sociais que atravessam diferentes esferas da vida social (Saffioti, 2013). Nas áreas agrárias, essas dinâmicas assumem características específicas, influenciando relações familiares, formas de sociabilidade e mecanismos de reconhecimento social, especialmente para sujeitos que tensionam padrões tradicionais de gênero e sexualidade.

Nesse cenário, observa-se a tendência à conformação de uma "monocultura social", na qual a padronização das subjetividades acompanha a padronização produtiva (Porto-Gonçalves, 2006). Quando determinadas formas de viver, amar ou constituir família são reconhecidas como as únicas legítimas, a diversidade tende a ser convertida em desvio ou ameaça. Em situações extremas, esse processo contribui para a produção de espacialidades marcadas pela vigilância, pelo silenciamento e pela restrição do pertencimento, aproximando-se do que Gomes, Knox e Farias (2023) denominam "territórios do medo". Os autores mobilizam essa noção a partir da formulação de Moura et al. (2020 apud Gomes; Knox; Farias, 2023), segundo a qual o medo se territorializa no indivíduo e produz condutas de evitação de determinados espaços e trajetos. A essa base, Gomes, Knox e Farias (2023) articulam um conjunto heterogêneo de referências da sociologia urbana, da sexualidade e da biopolítica — entre elas, a noção de região moral, o anonimato relativo, a metáfora do armário e a

reflexão foucaultiana sobre a vigilância disciplinar dos corpos — para sustentar que o medo, mais do que estado psicológico individual, funciona como dispositivo espacial: um regime de vigilância cotidiana que restringe a circulação, a permanência e a participação de sujeitos LGBTI+ em determinados territórios.

Essa formulação distingue-se de categorias vizinhas, como "LGBTIfobia rural" ou "violência de gênero no campo", por nomear não um conjunto de eventos discriminatórios, mas um regime espacial de regulação. O que está em jogo não é apenas a ocorrência de violências pontuais, mas a produção de um território em que o medo organiza, de modo permanente, o uso do espaço, a mobilidade e o pertencimento, independentemente da ocorrência imediata de um episódio de agressão. É essa dimensão propriamente territorial — e não apenas comportamental ou moral — que confere ao conceito capacidade analítica para nomear o fenômeno examinado neste artigo.

Como contraponto a esse processo, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) constrói, ao longo de sua trajetória, o Plano Camponês como horizonte político-organizativo. Esse instrumento articula soberania alimentar e poder popular como bases de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Nessa direção, como já apontava Medeiros (1989), os movimentos sociais no campo produzem novos sujeitos e repertórios políticos ao mesmo tempo em que enfrentam as dinâmicas do capital. As formulações políticas produzidas pelo próprio movimento oferecem uma oportunidade para compreender como essas transformações vêm sendo elaboradas em seu interior. Neste artigo, são analisados dois documentos produzidos pelo MPA em momentos distintos (2019 e 2025), voltados à formação política e à elaboração organizativa, permitindo observar permanências, deslocamentos e tensões na abordagem da diversidade sexual e de gênero ao longo do período considerado.

Nesse processo de construção política, a juventude camponesa incorpora, de forma mais explícita, o debate sobre diversidade sexual e de gênero. A comparação entre os documentos analisados indica uma mudança na forma como essa temática é abordada pelo movimento. Se em 2019 ela aparece principalmente associada ao reconhecimento e ao debate geracional, em 2025 se relaciona de maneira mais direta às condições de permanência e reprodução da vida nos territórios camponeses.

Com base nesse cenário, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o debate sobre diversidade sexual e de gênero, no interior do MPA, contribui para reconfigurar as estratégias de resistência territorial e de sucessão camponesa? A partir desse problema, o artigo busca compreender como o próprio movimento passa a relacionar questões de gênero e sexualidade a debates tradicionalmente associados à permanência territorial e à reprodução social no campo. Procura, ainda, identificar possíveis implicações dessas formulações para o debate sobre políticas públicas voltadas à agricultura

familiar, especialmente aquelas relacionadas à permanência da juventude e à reprodução social nos territórios rurais.

Parte-se da hipótese de que, nas formulações produzidas pelo MPA, experiências de discriminação relacionadas à sexualidade e ao gênero passam a ser compreendidas como fatores que influenciam trajetórias de permanência territorial e organização da vida camponesa, constituindo um aspecto ainda pouco explorado nas discussões sobre reprodução social e sucessão rural.

Neste estudo, a reprodução social é compreendida como o conjunto de relações, atividades e condições materiais que tornam possível a continuidade da vida e da própria classe trabalhadora, incluindo o trabalho produtivo, o cuidado, a organização familiar, a alimentação e a transmissão intergeracional dos meios de existência (Federici, 2017). Entende-se que tais processos constituem uma dimensão fundamental para a reprodução da força de trabalho e das formas de vida social. No campesinato, a reprodução social envolve, simultaneamente, a manutenção da unidade produtiva, das relações familiares, dos conhecimentos agrícolas e dos mecanismos comunitários de cooperação. Essa perspectiva permite analisar como as normas de gênero e sexualidade incidem sobre as condições de permanência e sucessão nos territórios camponeses.

O recorte empírico concentra-se na juventude camponesa, entendida como segmento estratégico nos processos de sucessão e transformação social. Para Weisheimer (2009), a condição juvenil no campo é atravessada por determinações de classe, o que permite situar as experiências de diversidade sexual no interior de dinâmicas mais amplas de reprodução social. Nesse sentido, a sucessão rural é compreendida como a continuidade das condições sociais, políticas e produtivas que permitem a reprodução do campesinato como classe. Ainda que a diversidade sexual e de gênero atravesse diferentes gerações do campesinato, a juventude ocupa lugar central em ambas as produções, razão pela qual constitui o principal recorte empírico da pesquisa.

Ao mesmo tempo, o campo abriga jovens alinhados ao conservadorismo patriarcal, da mesma forma que abriga camponeses e camponesas idosas de identidades dissidentes, frequentemente invisibilizadas nas representações predominantes sobre o meio rural. A articulação entre sucessão e permanência exige, consequentemente, formulações distintas e complementares. Nesse sentido, o enfrentamento à LGBTIfobia pode contribuir para ampliar as condições de permanência e participação social de sujeitos de diferentes gerações, enquanto a sucessão rural envolve também demandas geracionais específicas, como políticas de crédito voltadas à juventude.

O objetivo deste artigo é analisar as transformações nas formulações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) acerca da diversidade sexual e de gênero entre 2019 e 2025, bem como discutir as implicações dessas mudanças para as estratégias de resistência camponesa e para os processos de reprodução social, permanência territorial e sucessão rural. O objetivo não é avaliar

práticas efetivamente realizadas pelo movimento, mas compreender as formulações políticas expressas em seus documentos. O artigo apresenta, a seguir, o percurso metodológico da pesquisa e analisa os resultados a partir de três eixos: território, relações de gênero e processos de resistência no interior do Plano Camponês. Ao analisar essa transformação nas formulações do MPA, o artigo busca contribuir para os debates sobre movimentos agrários, diversidade sexual e políticas públicas no meio rural.

Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza analítica, voltada à compreensão de processos sociais em sua complexidade histórica. Conforme Lüdke e André (2013), a abordagem qualitativa permite apreender significados, relações e contradições que não se expressam adequadamente por meio de procedimentos quantitativos, sendo particularmente adequada para o estudo de fenômenos sociais situados.

A investigação orienta-se pelo Materialismo Histórico-Dialético, entendido como referencial teórico-metodológico que possibilita analisar as relações sociais a partir de suas determinações históricas e de suas contradições internas. Desse modo, conforme Konder (1981), a realidade é compreendida como processual e contraditória, exigindo a identificação das mediações entre dimensões econômicas, políticas e culturais.

Como estratégia metodológica, adotou-se a análise documental, considerando que os documentos produzidos por organizações sociais expressam formulações políticas, disputas internas e acúmulos históricos. O corpus da pesquisa é composto por dois documentos do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), selecionados por sua relevância no processo de elaboração política do movimento e por delimitarem um recorte temporal significativo (2019–2025).

O documento de 2019 integra uma coleção nacional de formação política da Juventude Camponesa do MPA, vinculada ao Plano Camponês, enquanto o documento de 2025 foi elaborado pelo Grupo de Trabalho LGBTI+ do Coletivo Nacional de Gênero do movimento, constituindo a primeira sistematização nacional da temática da diversidade sexual e de gênero em suas instâncias organizativas. Embora possuam finalidades distintas, ambos expressam formulações políticas produzidas pelo movimento em momentos diferentes de sua trajetória, permitindo a análise de continuidades e deslocamentos em sua elaboração teórico-política.

A definição das categorias analíticas combinou procedimentos indutivos e dedutivos. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante dos documentos (Bardin, 1977), com o objetivo de identificar núcleos de sentido recorrentes relacionados à problemática da pesquisa. A partir dessa etapa exploratória,

foram delimitadas unidades de registro de natureza temática, considerando trechos que articulassem dimensões de juventude, organização social, relações de gênero e condições de permanência no campo. Em seguida, procedeu-se à construção de um sistema categorial orientado tanto pelos elementos empíricos emergentes quanto por categorias teóricas previamente mobilizadas no referencial analítico, como território, patriarcado e reprodução social. Cada unidade de registro foi codificada manualmente, segundo a categoria predominante, sendo posteriormente comparadas as recorrências e os deslocamentos entre os dois documentos.

As categorias finais — sucessão, êxodo, patriarcado, diversidade, violência e gênero — foram operacionalizadas como eixos de análise, permitindo a codificação sistemática dos documentos. O processo de categorização envolveu a identificação de ocorrências, recorrências e deslocamentos semânticos entre os textos de 2019 e 2025, com atenção às mudanças de centralidade e articulação entre categorias. Mais do que quantificar incidências, a análise buscou apreender a reconfiguração dos sentidos atribuídos aos temas, privilegiando sua inserção nas relações sociais mais amplas. Esse procedimento permitiu observar como os sentidos atribuídos às categorias que se modificam conforme as formulações políticas do movimento também se transformam ao longo do período analisado.

A interpretação dos dados foi realizada à luz do referencial teórico adotado, buscando articular as categorias empíricas às mediações mais amplas das relações sociais. Nesse sentido, categorias como território (Fernandes, 2008) e patriarcado (Saffioti, 2013) foram mobilizadas como ferramentas analíticas, e não como pressupostos a serem confirmados.

Cabe destacar que o estudo apresenta limitações inerentes ao seu desenho metodológico, especialmente por se basear em análise documental e não incorporar outras técnicas, como entrevistas ou observação de campo. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos como uma interpretação situada das formulações institucionais do movimento, não abrangendo a totalidade de suas práticas.

Por fim, em conformidade com a Portaria nº 2.664/2026 do CNPq e com a política editorial da Revista IDeAS para uso de Inteligência Artificial Generativa, foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI, versão GPT-5.5), acessada em março e abril de 2026, exclusivamente para apoio à revisão textual, aperfeiçoamento da clareza, coesão e organização formal do manuscrito. A ferramenta não foi utilizada na produção ou análise de dados, na interpretação dos resultados, na seleção de referências ou na elaboração das conclusões, permanecendo tais atividades sob responsabilidade integral dos autores, que realizaram revisão crítica e validação de todo o conteúdo apresentado.

Resultados

O acirramento das contradições: a conjuntura agrária entre 2019 e 2025

O intervalo entre os documentos analisados corresponde a um período de intensificação das contradições sociais no Brasil, particularmente no campo. À luz da dialética (Konder, 1981), transformações na práxis de movimentos sociais podem ser compreendidas em relação às pressões exercidas pela totalidade social, o que permite situar as mudanças, observadas no MPA, no interior de um contexto mais amplo.

Embora os documentos não tenham sido produzidos exclusivamente em resposta a esses processos, eles foram elaborados em um contexto marcado por alterações significativas nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com redução de investimentos e flexibilização de marcos regulatórios ambientais, em consonância com a dinâmica da mundialização da agricultura (Oliveira, 2016). Paralelamente, o avanço de agendas conservadoras no campo contribuiu para a reconfiguração de mecanismos de controle social, incidindo sobre formas de organização comunitária e sobre normas relativas à família e à sexualidade. A pandemia de Covid-19 acrescentou novos elementos a esse cenário: enquanto o setor agroexportador manteve níveis elevados de desempenho, ampliaram-se as situações de insegurança alimentar no país. Nesse contexto, iniciativas de solidariedade organizadas por movimentos sociais, entre eles o MPA, reforçaram a centralidade da produção de alimentos para o abastecimento interno, em diálogo com o Plano Camponês (Silva, 2019).

Esse contexto ajuda a compreender a centralidade atribuída à juventude nos materiais analisados. A necessidade de garantir a produção e a reprodução social em condições adversas ampliou a mobilização desse segmento, ao mesmo tempo em que tensionou limites previamente existentes nas relações sociais internas, incluindo aqueles relacionados ao gênero e à sexualidade.

No plano ideológico, a valorização da chamada "família tradicional" consolidou-se como um elemento recorrente em discursos e práticas institucionais, articulando-se às dinâmicas de reprodução das relações sociais no campo (Saffioti, 2013). Em diálogo com a noção de "monocultura social" (Porto-Gonçalves, 2006), esse processo pode ser interpretado como parte de uma tendência à homogeneização das formas de vida. Nesse sentido, a homogeneização não se restringe às formas de produzir, alcançando também expectativas sobre família, gênero e sexualidade.

A análise dos documentos indica que o debate sobre diversidade sexual e de gênero já se encontrava presente no MPA em 2019, associado a preocupações com juventude, violência e condições de vida. O trecho a seguir ilustra esse enquadramento inicial:

> Como já sabemos o novo momento histórico para onde entra o Brasil, traz para realidade da classe trabalhadora desafios

> diversos. O avanço do capital implica na redução dos direitos sociais, aumento dos índices de violência, agravamento dos problemas sociais nas condições reais de vida do povo. Elevam-se os desafios da juventude camponesa, operária e desempregada, sobretudo para as mulheres jovens que ficam ainda mais vulneráveis às atitudes machistas, preconceituosas, racistas, violentas – fatos que dificultam o acesso ao emprego, retomam e reforçam as formas de opressão que historicamente lutamos para combater no campo e na cidade (Alves; Quevedo, 2019, p. 88).

Nesse momento, as opressões aparecem articuladas a um diagnóstico mais geral sobre as condições da classe trabalhadora, sem ainda ocupar posição central na formulação estratégica do movimento. Já nas formulações de 2025, verifica-se um deslocamento no qual a diversidade começa a ser tratada de forma mais sistemática e vinculada às condições de permanência no campo.

Em conjunto, os documentos sugerem que a incorporação do debate sobre gênero e sexualidade no MPA integra um processo mais amplo de elaboração política relacionado às transformações nas condições materiais e organizativas do período analisado. Temas anteriormente tratados de forma secundária passam a ocupar maior espaço nas formulações do movimento e se articulam, de maneira crescente, aos debates sobre reprodução social e permanência no campo. A retração de políticas públicas, combinada à intensificação de mecanismos privados de regulação da vida, desloca parte significativa da reprodução social para o interior das comunidades. Esse deslocamento sugere que dimensões antes tratadas como periféricas passam a integrar o núcleo das estratégias de reprodução social do campesinato, indicando uma reconfiguração do próprio campo de disputa política no interior do movimento.

O campesinato e o território em disputa

O território camponês pode ser compreendido como um espaço de múltiplas dimensões, no qual se articulam relações produtivas, sociais e simbólicas. Conforme Fernandes (2008), trata-se de um campo de forças em permanente disputa, no qual a reprodução da vida se realiza em tensão com processos de expropriação associados à territorialidade do capital.

Nos documentos, essa concepção aparece associada, inicialmente, à centralidade do acesso à terra como condição para a permanência da juventude no campo. No material de 2019, esse elemento surge como ponto de partida da resistência. Já no documento de 2025, verifica-se uma ampliação dessa formulação, na medida em que a permanência no território articula também as

condições sociais e relacionais que o sustentam, incluindo aquelas vinculadas a gênero e sexualidade.

Para compreender esse deslocamento, é necessário situar o papel do Plano Camponês como referência organizativa do movimento. Conforme Silva (2019), trata-se de uma proposta que articula produção de alimentos, soberania e reorganização das relações sociais no campo, orientando práticas que buscam alterar a correlação de forças nos territórios.

> Num plano mais concreto, a soberania alimentar é a síntese do trabalho político organizativo, e tem por objetivo construir uma territorialidade baseada no Poder Popular capaz de alterar a correlação de forças, transformando os territórios onde temos presença, em geral, dispersos e desconectados geograficamente, em unidades propulsoras de luta de massas e referência para sociedade no que tange à construção de novas formas de sociabilidade que superem a produção do valor/mercadoria e promova a transição ecológica dos sistemas urbanos camponeses (Silva, 2019, p. 69).

Nessa formulação, as relações sociais — incluindo aquelas que envolvem corpo, gênero e sexualidade — integram o próprio campo de disputa territorial.

A ampliação da noção de território desloca a análise da terra como meio de produção para as normas que regulam a vida social no interior das comunidades. Assim, relações de parentesco, formas de organização familiar e padrões de reconhecimento social passam a integrar o campo de disputa política, incidindo diretamente sobre a capacidade de reprodução do campesinato enquanto classe. Nessa perspectiva, a reprodução social depende não apenas da posse ou do acesso à terra, mas também das condições sociais que permitem a constituição de vínculos familiares, comunitários e produtivos capazes de assegurar a continuidade da vida nos territórios. Ao incidirem sobre a constituição das famílias, a transmissão de recursos, a organização do trabalho e os vínculos de pertencimento, as normas de gênero e sexualidade participam diretamente desses processos.

Na análise do código DIVERSIDADE (2019), a diversidade sexual emerge inicialmente atrelada a uma ruptura geracional incontornável. A cartilha introduz o tema assumindo a tensão cultural presente no interior das famílias camponesas. O documento trata a diversidade sexual como dimensão constitutiva da experiência juvenil camponesa e a apresenta como tema que exige o enfrentamento de moralidades enraizadas:

> Falar de juventude também é falar de diversidade sexual. Para a sociedade em geral, sobretudo para população camponesa, este é um tema espinhoso a se abordar, afinal, causa uma ruptura entre os entendimentos sobre sexo e sexualidades a partir das contradições entre as diferentes gerações. Entretanto, este é um tema que dialoga diretamente com a juventude, já que estamos

> sempre em busca do significado das palavras liberdade e respeito, em especial, da busca de ser o que se é (Alves; Quevedo, 2019, p. 98).

A caracterização da pauta como um tema "espinhoso" sugere que o movimento reconhecia a existência de tensões relacionadas à sexualidade no interior das comunidades camponesas. A ênfase recai sobre experiências de liberdade, respeito e reconhecimento, indicando uma abordagem voltada principalmente às vivências juvenis e aos conflitos geracionais associados ao tema.

Essa formulação concentra-se sobretudo nas tensões geracionais e no reconhecimento da diversidade sexual como tema legítimo para a organização da juventude camponesa. Em comparação com o documento de 2025, observa-se que a discussão ainda aparece prioritariamente vinculada às experiências juvenis e aos conflitos geracionais.

Na cartilha de 2025, a abordagem da diversidade apresenta maior sistematização e se relaciona diretamente à composição da classe trabalhadora camponesa:

> Falar sobre diversidade sexual e de gênero no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é falar sobre a realidade do campesinato — entendido como o conjunto de homens e mulheres que vivem da produção e da reprodução da vida a partir da natureza, nos campos, águas e florestas [...]. No interior das comunidades camponesas existem sujeitos historicamente invisibilizados, silenciados ou estigmatizados, entre eles as pessoas LGBTI+. Reconhecer sua existência não é incorporar um "novo tema" ao movimento, mas aprofundar a compreensão sobre quem compõe, de fato, a classe trabalhadora camponesa (MPA, 2025, p. 1).

No documento de 2019, a diversidade sexual aparece associada de forma direta à condição juvenil. Ao discutir os desafios da juventude camponesa, o texto afirma que "falar de juventude também é falar de diversidade sexual", relacionando o tema às experiências de busca por liberdade, respeito e reconhecimento (Alves; Quevedo, 2019, p. 98). Nesse momento, a questão é apresentada principalmente a partir das vivências juvenis e das tensões geracionais existentes nas comunidades camponesas.

Já o documento de 2025 procura ampliar esse enquadramento. Embora reconheça o papel desempenhado pela juventude na construção do debate, o texto ressalta que a pauta LGBTI+ atravessa diferentes gerações do campesinato e que a invisibilidade histórica de camponeses e camponesas adultos e idosos também constitui uma expressão das relações patriarcais presentes nos territórios. A comparação entre os documentos sugere, portanto, a ampliação do sujeito político contemplado pela discussão, incorporando, de

maneira mais explícita, a diversidade de experiências existentes no interior da classe trabalhadora camponesa.

No código GÊNERO, o processo é semelhante. No documento de 2019, a ênfase recai sobre a necessidade de transformação das relações cotidianas, especialmente no que se refere à superação de desigualdades entre homens e mulheres como condição para a permanência da juventude no campo.

Em 2025, a abordagem incorpora elementos mais diretamente relacionados à divisão sexual do trabalho, indicando sua relação com formas de exploração e desigualdade:

> Nos campos, águas e florestas, a organização do trabalho não é neutra. Ela é estruturada historicamente por relações patriarcais que atribuem papéis distintos a homens e mulheres, associando aos homens as atividades produtivas com maior reconhecimento social e poder de decisão, enquanto às mulheres são destinadas, em grande medida, as tarefas de cuidado, reprodução social e trabalho doméstico — frequentemente invisibilizadas e não remuneradas. Esse arranjo sustenta a exploração da força de trabalho, e estabelece um modelo considerado 'normal' de organização da vida, da família e dos papéis de gênero. É a partir dessa norma que se produzem mecanismos de exclusão e violência contra aqueles que não se encaixam nesses padrões, entre eles as pessoas LGBTI+ (MPA, 2025, p. 5).

As passagens do documento indicam que as normas de gênero integram as relações sociais que estruturam o acesso ao trabalho, à renda e à terra, com efeitos sobre diferentes sujeitos no interior das comunidades.

Essa dinâmica pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de padronização das formas de vida, no qual dimensões produtivas e socioculturais se articulam (Porto-Gonçalves, 2006). Nesse sentido, a regulação dos papéis de gênero e das expressões de sexualidade aparece vinculada às dinâmicas de organização do trabalho e da produção.

A juventude ocupa posição relevante nesse processo, tanto como sujeito da sucessão, quanto como espaço em que se condensam os conflitos em torno de gênero, trabalho e permanência. Conforme Weisheimer (2009), a condição juvenil no campo envolve disputas relacionadas à sucessão, ao acesso a recursos e à construção de autonomia. Nos materiais, especialmente no de formação da Juventude Camponesa do MPA, a juventude aparece como um dos principais sujeitos organizadores desse debate.

Em conjunto, esses elementos indicam que a disputa territorial envolve simultaneamente o acesso à terra e a regulação das formas de vida que podem nela permanecer e se reproduzir. As transformações observadas nos documentos sugerem uma ampliação dessa compreensão no interior do movimento, incorporando, de maneira mais explícita, as dimensões de gênero e sexualidade às estratégias de permanência e organização. Tal interpretação

aproxima-se de Porto-Gonçalves (2006), para quem as disputas territoriais envolvem simultaneamente o controle dos recursos naturais e a definição dos modos legítimos de viver, produzir e se relacionar com a natureza.

Parte dessas transformações dialoga com formulações construídas em espaços mais amplos de articulação camponesa. A Via Campesina (2020), por exemplo, tem incorporado o debate sobre diversidade sexual e de gênero às reflexões sobre organização popular, soberania alimentar e justiça social. Ainda que não sejam objeto direto de análise, essas elaborações ajudam a contextualizar parte do repertório político mobilizado pelo MPA em 2025, embora não seja possível estabelecer, a partir dos documentos analisados, uma relação causal direta entre essas formulações e o documento de 2025.

A dimensão relacional do território permite compreender que a disputa pela permanência no campo envolve, além do acesso à terra e das condições produtivas, a regulação das formas de vida consideradas legítimas no interior das comunidades. Quando normas de gênero e sexualidade atuam como critérios de pertencimento, a vida comunitária pode ser atravessada por vigilância, silenciamento e ameaça. Nessa chave, a noção de "territórios do medo" contribui para interpretar espaços rurais em que a LGBTIfobia atua como mecanismo de controle social, restringindo circulação, participação, reconhecimento e acesso a recursos materiais. No caso analisado, isso ajuda a compreender como a violência dirigida à juventude LGBTI+ camponesa incide sobre a permanência no território ao articular coerção moral, vulnerabilização material e bloqueios à reprodução social.

Essa interpretação encontra respaldo no próprio documento do MPA quando este afirma que pessoas LGBTI+ foram historicamente "invisibilizadas, silenciadas ou estigmatizadas" no interior das comunidades camponesas (MPA, 2025, p. 1). Esses elementos permitem identificar, empiricamente, a dimensão do pertencimento mobilizada por Gomes, Knox e Farias (2023): o território age, também, como instância de definição de quem pode ou não integrar plenamente a vida comunitária.

O "nó" da opressão: patriarcado, capital e sexualidade

As desigualdades observadas nos documentos remetem a mediações que articulam patriarcado, organização produtiva e regulação da sexualidade no interior das unidades camponesas.

O código PATRIARCADO aparece em ambos os documentos associado às formas de organização social e produtiva no campo. Em diálogo com Saffioti (2013), pode ser compreendido como parte de um conjunto de relações que articulam exploração econômica e hierarquias sociais, incidindo sobre a divisão do trabalho e sobre a distribuição de poder no interior das unidades familiares.

Nos materiais analisados, essa dimensão surge vinculada às dinâmicas de organização da família e da produção. A estrutura familiar aparece como espaço no qual se definem acesso à terra, à renda e às decisões produtivas, o que a posiciona como instância relevante para compreender os processos de sucessão e permanência no campo.

Em alguns trechos, os documentos sugerem a concentração desses recursos em determinadas posições sociais — frequentemente associadas a figuras masculinas mais velhas —, o que pode impactar as possibilidades de autonomia de outros sujeitos, incluindo jovens e pessoas LGBTI+. Essas relações indicam que gênero e geração se articulam na definição das condições de reprodução social.

A análise também aponta para a presença de modelos normativos de organização familiar, nos quais determinadas formas de vida são reconhecidas com maior legitimidade social. Nesse contexto, experiências que tensionam essas normas podem encontrar barreiras de reconhecimento e participação, com efeitos sobre a inserção produtiva e comunitária.

No material de 2019, o código VIOLÊNCIA enfatiza manifestações interpessoais, como preconceito, isolamento e agressões verbais, situando essas práticas no campo das relações cotidianas e das dinâmicas culturais.

No material de 2025, a violência deixa de aparecer apenas como experiência interpessoal e se apresenta como fenômeno articulado a diferentes dimensões da vida social, incluindo acesso à terra, trabalho e participação comunitária. O documento atesta a desorganização da base camponesa pela LGBTIfobia, explicitando as múltiplas dimensões materiais dessa coerção e demonstrando como o espaço é cercado por hostilidades:

> A violência contra pessoas LGBTI+ no campesinato é resultado de um conjunto de relações sociais que produzem, legitimam e reproduzem a exclusão, assumindo diferentes formas que se articulam no cotidiano dos territórios. Essas violências podem se expressar de maneira física, por meio de agressões e assassinatos; psicológica, através de humilhações, ameaças, isolamento social e adoecimento mental; sexual, em práticas como abusos e estupros corretivos; patrimonial, na negação do acesso à terra, à herança e aos meios de produção; e simbólica, pela invisibilização, negação de reconhecimento e silenciamento das identidades (MPA, 2025, p. 9).

Consideradas isoladamente, essas formas de violência poderiam ser interpretadas como episódios distintos de discriminação. Entretanto, sua ocorrência articulada permite compreendê-las como manifestações de um mesmo mecanismo territorial de regulação social. É justamente essa articulação que confere densidade analítica ao conceito de "territórios do medo": não se trata apenas da coexistência de diferentes violências, mas da constituição de um ambiente social em que elas se reforçam mutuamente para

disciplinar comportamentos, restringir pertencimentos e controlar o acesso aos recursos necessários à reprodução da vida camponesa.

A presença da violência patrimonial, em particular, sugere conexões entre normas sociais e mecanismos de exclusão econômica. Essa dimensão permite compreender que as disputas em torno da sexualidade não se restringem ao reconhecimento simbólico, mas incidem diretamente sobre os mecanismos de reprodução social. Conforme argumenta Federici (2017), o controle sobre os corpos, as formas de convivência e a organização da família constitui parte dos processos históricos de regulação da força de trabalho. A exclusão de pessoas LGBTI+ do acesso à terra, à herança ou aos meios de produção pode ser interpretada como um mecanismo que afeta as condições materiais de reprodução da vida.

Nesse sentido, o conceito de "territórios do medo" evidencia que essas diferentes formas de violência constituem um mesmo padrão territorial de exclusão. A coerção cotidiana identificada por Gomes, Knox e Farias (2023) como mecanismo de vigilância e controle territorial pode ser lida, no caso aqui analisado, como produtora de vulnerabilização material e de bloqueios à permanência no campo. Nos documentos analisados, a violência patrimonial assume lugar estratégico porque revela que o controle sobre sujeitos e sexualidades também atua pela distribuição desigual da terra, da herança e dos meios de produção, conectando coerção moral e expropriação material em um único mecanismo de regulação territorial.

Os documentos também sugerem que normas morais relacionadas à sexualidade funcionam como mecanismos de regulação social. O trecho a seguir explicita essa dimensão:

> Nesse campo de disputa, o moralismo sexual se consolida como um dos principais mecanismos de controle social em determinadas interpretações e práticas. [...] Em sua expressão mais conservadora, esse moralismo produz a culpabilização de sujeitos e comunidades, associando problemas sociais e familiares à presença ou existência de pessoas LGBTI+. Trata-se de um mecanismo ideológico que reforça a exclusão, restringe a diversidade de experiências e limita a participação plena desses sujeitos na vida comunitária (MPA, 2025, p. 8).

Essa dimensão normativa se articula a mecanismos materiais de regulação do trabalho e da propriedade. A imposição de determinados arranjos familiares e de papéis de gênero contribui para estabilizar formas específicas de gestão de recursos e responsabilidades, influenciando quem produz, quem decide e quem herda. Nesse sentido, gênero e sexualidade integram as mediações concretas por meio das quais se organiza a reprodução social no campo.

Nos documentos, gênero e sexualidade aparecem articulados à organização do trabalho e da família, compondo mediações que influenciam a

reprodução social no campo. Em diálogo com Federici (2017), essas dimensões podem ser compreendidas como parte das condições de organização da força de trabalho, ainda que sua manifestação concreta varie conforme os contextos. A disputa em torno da sexualidade incide também sobre os meios materiais necessários à reprodução da vida. Sob essa perspectiva, a LGBTIfobia aparece como um fator que pode restringir o acesso às condições materiais de reprodução social. Ao interferir no acesso à terra, à herança, ao trabalho e às redes familiares de apoio, essas formas de violência afetam os mecanismos por meio dos quais a vida camponesa é sustentada e reproduzida.

Os materiais analisados sugerem, por fim, que o enfrentamento dessas formas de desigualdade passa a integrar, de maneira mais explícita, as formulações políticas do movimento, sendo relacionado às condições de participação, permanência e organização coletiva nos territórios. Esse movimento ajuda a compreender por que os documentos mais recentes relacionam o enfrentamento das opressões às condições de permanência territorial e de sucessão camponesa.

Resistências e sujeitos revolucionários no MPA

Quando o foco se desloca para patriarcado, violência e sexualidade, as tensões territoriais aparecem sob outra chave: a da organização da família, do trabalho e da propriedade no interior das unidades camponesas.

O código SUCESSÃO, em 2019, apresenta crítica ao sentido tradicional do termo e propõe a construção de uma "nova geração camponesa". Essa formulação ancora-se na vulnerabilidade da "situação juvenil camponesa" (Weisheimer, 2009) e posiciona a juventude como sujeito estratégico na superação das assimetrias territoriais:

> As relações desiguais de gênero, associada à migração ou êxodo rural, têm despertado nos movimentos sociais sérias preocupações com as mulheres e os jovens. Compreendem que o presente e o futuro do campo, assim como os rumos da sociedade, objetivamente se ligam ao da juventude. São os jovens que precisam dar sequência à produção de alimentos no campo; superar e construir novas relações de gênero e na produção, bem como fortalecer os processos de organização e resistência nos territórios. Por esse caminho a juventude camponesa se afirma com um papel importante nos processos de transformação (Alves; Quevedo, 2019, p. 90).

A renovação geracional articula reposição demográfica e transformação política, exigindo condições concretas para que a juventude construa novas relações sociais e produtivas no território.

Em 2025, a SUCESSÃO assume centralidade como condição material de permanência da diversidade no campo. O acúmulo político do movimento

vincula diretamente a continuidade do projeto camponês à incorporação plena das identidades LGBTI+, deslocando o debate do plano patrimonial para o plano estratégico:

> Incorporar a diversidade como parte do projeto político do campesinato é fortalecer a consciência de classe e ampliar a capacidade de organização popular. Um movimento comprometido com a transformação social precisa afirmar, de forma concreta, o combate às opressões como parte de sua prática. Avançar nessa direção é condição para consolidar a sucessão camponesa, garantir a permanência nos territórios e construir o poder popular (MPA, 2025, p. 12).

A sucessão, aqui, expressa a capacidade do campesinato de se reproduzir como classe, o que inclui assegurar condições materiais, políticas e simbólicas para a permanência da juventude diversa nos territórios.

O tratamento do código ÊXODO, em 2019, concentrava-se na falta crônica de oportunidades econômicas geradas pela ausência do Estado, apontada como motor primário da fuga juvenil em direção às periferias urbanas. Já em 2025, o êxodo aparece associado, de forma mais explícita, às consequências da violência patriarcal e da exclusão social vivenciada por pessoas LGBTI+ nos territórios. A articulação entre sucessão rural e permanência permite interpretar parte desses deslocamentos como consequência de processos de exclusão que restringem as condições de permanência no território. Nesse quadro, permanência e sucessão não se confundem. A primeira remete às condições imediatas de vida e inserção do sujeito no território; a segunda diz respeito à reprodução intergeracional do campesinato como classe e à continuidade social e produtiva do projeto camponês. A ruptura dos circuitos de afeto, sustento e pertencimento dificulta a permanência no território e transforma a intolerância em vetor de desestruturação social.

O documento de 2025 analisa esse nexo causal ao detalhar o processo de expropriação:

> Ao romperem com o modelo de família tradicional e com os papéis de gênero estabelecidos, muitas vezes são excluídas dos circuitos de afeto, trabalho e sustento no território. Isso se expressa em dificuldades de acesso à terra, à renda e à participação comunitária, comprometendo sua permanência nos campos, águas e florestas. Esses processos podem levar à expulsão — seja por meio da violência direta, seja pela negação de condições materiais de existência —, empurrando esses sujeitos para contextos de precarização do trabalho, migração forçada ou inserção em atividades informais e instáveis (MPA, 2025, p. 5).

Embora o documento do MPA não utilize a expressão "territórios do medo", ele descreve um processo em que a combinação entre exclusão familiar, restrição de acesso à terra, negação de reconhecimento e violência cotidiana produz aquilo que Gomes, Knox e Farias (2023) conceituam como territorialização do medo. Não se trata apenas da existência de diferentes formas de discriminação, mas da produção de condições sociais que dificultam a permanência de sujeitos LGBTI+ nos territórios camponeses e fragilizam os processos de reprodução social e sucessão rural.

O êxodo juvenil também se relaciona a processos de exclusão que restringem as condições de permanência no território, sem que isso elimine o peso da escassez de oportunidades econômicas e da retração de políticas públicas. Quando a permanência no campo é atravessada por territórios do medo, a coerção cotidiana, o risco de rompimento dos vínculos familiares, a negação de reconhecimento e as restrições ao acesso à terra, à renda e à participação comunitária tornam a permanência material e simbolicamente inviável para parte da juventude LGBTI+. O medo age, assim, como mediação entre violência e desenraizamento: fragiliza a experiência de pertencimento, compromete a sucessão camponesa e afeta a própria reprodução social do campesinato ao expulsar ou invisibilizar sujeitos cuja permanência é condição para a continuidade do projeto político e produtivo do movimento.

Esses processos podem ser interpretados como formas de ruptura das condições de reprodução social, uma vez que comprometem simultaneamente a inserção produtiva, os vínculos comunitários e as possibilidades de constituição de projetos de vida no território. Quando se prolongam, contribuem para o envelhecimento demográfico, reduzem a diversidade de saberes presentes nas comunidades e fragilizam as bases operacionais do Plano Camponês (Silva, 2019), tensionando também as condições de construção da soberania alimentar.

Embora os documentos analisados não estabeleçam uma relação direta entre diversidade sexual e inovação agroecológica, eles permitem levantar a hipótese de que processos de inclusão e ampliação da participação possam fortalecer a diversidade de experiências e formas de organização presentes nos territórios. Nesse sentido, a transformação das relações sociais aparece menos como efeito automático da transição agroecológica do que como uma de suas condições políticas e organizativas possíveis. Essa hipótese dialoga com Aguilar (2025), que discute a participação de sujeitos LGBTI+ na construção de experiências agroecológicas, sem que essa relação possa ser diretamente inferida a partir do *corpus* documental analisado.

As iniciativas organizativas voltadas ao acolhimento e à construção de coletivos de diversidade derivam do acúmulo do feminismo camponês, especialmente na crítica à divisão sexual do trabalho (Silva, 2019). Essas práticas ampliam o repertório político do movimento ao incorporar o cuidado como dimensão estruturante da organização social.

A convergência entre luta feminista e diversidade sexual incide diretamente sobre a forma de organização familiar e produtiva. Os eixos estratégicos apresentados pelo documento de 2025 indicam que o enfrentamento às opressões passa a ser concebido como parte do próprio projeto de reorganização social defendido pelo movimento. Ao associar diversidade, luta de classes, permanência nos territórios e soberania alimentar, o texto sugere que a construção de relações sociais menos hierárquicas constitui condição para o fortalecimento da organização coletiva camponesa.

Essa formulação aproxima-se das reflexões de Federici (2022), para quem a reconstrução dos comuns depende não apenas do acesso compartilhado aos recursos materiais, mas também da produção de relações sociais baseadas no cuidado, na cooperação e na reprodução coletiva da vida. Nessa perspectiva, a transformação das relações de gênero e sexualidade integra as próprias condições de construção de formas comunitárias de resistência capazes de sustentar a vida nos territórios.

A incorporação da diversidade sexual e de gênero aparece no documento de 2025 como parte do fortalecimento da capacidade organizativa do campesinato. Ao ampliar os sujeitos reconhecidos como integrantes da classe trabalhadora camponesa e ao enfrentar mecanismos de exclusão que fragilizam a permanência territorial, o movimento associa o combate às opressões à ampliação das condições de resistência coletiva frente às dinâmicas de expropriação promovidas pelo capital.

Em conjunto, os resultados indicam que o debate sobre diversidade sexual e de gênero no MPA sai de uma dimensão predominantemente formativa para uma dimensão estruturante das estratégias de reprodução social no campo. Esse movimento evidencia que as condições de permanência da juventude, a organização do trabalho e a disputa territorial começam a incorporar, de forma mais explícita, as mediações de gênero e sexualidade. Tal reconfiguração sugere uma ampliação do próprio conceito de resistência camponesa, que integra, de maneira indissociável, a luta contra formas de exploração econômica e opressão social no interior dos territórios.

Discussão: movimentos sociais e políticas públicas

Os resultados permitem identificar implicações que extrapolam o plano organizativo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), alcançando o campo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas. Embora os documentos analisados não tratem diretamente da formulação ou implementação de programas governamentais específicos, suas elaborações oferecem elementos relevantes para refletir sobre as condições institucionais necessárias à reprodução social do campesinato.

Historicamente, movimentos sociais do campo desempenham papel importante na construção e na disputa de políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento rural. Conforme argumenta Medeiros (1989), essas organizações atuam na transformação de experiências locais em reivindicações coletivas capazes de alcançar a esfera estatal. Em diálogo com Gohn (2010), pode-se compreender que os movimentos sociais formulam demandas coletivas e produzem interpretações sobre os problemas sociais, contribuindo para redefinir agendas públicas e ampliar os sujeitos reconhecidos pelas políticas estatais. Nesse sentido, a análise comparativa do material aponta para um processo de ampliação das demandas formuladas pelo MPA, incorporando, de maneira mais explícita, questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero às reflexões sobre permanência no campo, sucessão camponesa e organização territorial.

Os resultados também sugerem que a reprodução social deve ser compreendida como dimensão estratégica das lutas camponesas contemporâneas. Ao evidenciar que normas de gênero e sexualidade influenciam o acesso à terra, ao trabalho, ao reconhecimento social e às redes de apoio comunitário, os documentos analisados indicam que a capacidade de reprodução do campesinato como classe depende das condições produtivas e das formas pelas quais a vida social é organizada nos territórios. Nesse sentido, resistência camponesa e reprodução social aparecem como processos interdependentes.

A comparação entre os documentos sugere que, entre 2019 e 2025, ocorre um deslocamento importante na forma como o movimento compreende os fatores que condicionam a reprodução social do campesinato. Se no documento de 2019 a ênfase recai principalmente sobre desafios econômicos, produtivos e geracionais, o documento de 2025 amplia essa compreensão ao incorporar de maneira mais sistemática as relações de gênero e sexualidade como elementos que também influenciam as condições de permanência nos territórios.

A leitura também permite compreender a permanência territorial para além da disponibilidade de recursos produtivos. A incorporação da noção de "territórios do medo" evidencia que mecanismos cotidianos de vigilância, exclusão e restrição do pertencimento podem atuar como fatores de desestruturação da reprodução social, mesmo quando persistem condições materiais de produção. Assim, as relações de gênero e sexualidade passam a integrar o conjunto de mediações que condicionam a continuidade da vida camponesa e a reprodução do campesinato como classe.

A ampliação do conceito de permanência territorial produz consequências diretas para o debate sobre políticas públicas. Tradicionalmente, programas voltados à agricultura familiar têm sido estruturados a partir de dimensões produtivas, como acesso à terra, crédito, assistência técnica e comercialização. Os resultados deste estudo sugerem, contudo, que tais dimensões constituem parte dos fatores que influenciam a permanência dos sujeitos no campo. As condições de pertencimento social,

reconhecimento e participação comunitária também aparecem nos documentos como componentes relevantes da reprodução da vida nos territórios.

Essa interpretação dialoga com estudos que apontam a existência de processos diferenciados de acesso a recursos e oportunidades no meio rural, atravessados por marcadores de gênero, geração e outras formas de desigualdade social (Weisheimer, 2009; Saffioti, 2013). Em modo semelhante, Fraser (2006) argumenta que desigualdades materiais e formas de não reconhecimento agem de maneira articulada, produzindo mecanismos combinados de exclusão social. A cartilha de 2025 sugere que tais dimensões não se apresentam de forma separada, mas se reforçam mutuamente nas condições de permanência da juventude camponesa. Embora os documentos não permitam avaliar diretamente o funcionamento das políticas públicas, eles sugerem que determinadas experiências de exclusão podem limitar a capacidade de permanência de diferentes sujeitos no campo, mesmo quando existem instrumentos formais de apoio à agricultura familiar.

A literatura sobre políticas rurais também registra que, nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas na estrutura institucional voltada à agricultura familiar, incluindo períodos de expansão e retração de programas públicos (Grisa; Schneider, 2015). À luz dos resultados encontrados, tais transformações podem ser interpretadas como particularmente relevantes para grupos que enfrentam obstáculos adicionais de inserção social e econômica nos territórios. Nesse sentido, a discussão proposta pelos documentos amplia o debate sobre permanência rural ao evidenciar que o acesso a recursos produtivos e o reconhecimento social constituem dimensões interdependentes.

Outro aspecto relevante refere-se à forma como o MPA articula diversidade, organização coletiva e soberania alimentar. Nos documentos analisados, especialmente no material de 2025, o enfrentamento das opressões não aparece como uma pauta desvinculada da luta pela produção de alimentos ou da construção do poder popular. Ao contrário, é apresentado como parte integrante de um projeto mais amplo de fortalecimento do campesinato. Essa formulação aproxima o debate sobre diversidade sexual e de gênero de questões tradicionalmente centrais para os movimentos do campo, como sucessão rural, organização comunitária e reprodução social.

Os resultados também sugerem que a ampliação do reconhecimento da diversidade no interior do movimento amplia a própria compreensão do sujeito político camponês. Enquanto parte significativa das políticas públicas rurais foi historicamente construída a partir de categorias relativamente homogêneas de beneficiários, os documentos elaborados pelo MPA apontam para a existência de experiências sociais diversas no interior do campesinato. Tal constatação reforça a necessidade de considerar a heterogeneidade dos sujeitos rurais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Isso não implica defender políticas segmentadas para grupos específicos, mas reconhecer que a efetividade das políticas universais depende, muitas vezes, da capacidade de contemplar diferentes trajetórias e condições de vida. Os resultados indicam que questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero podem influenciar o acesso a redes de apoio, oportunidades produtivas e condições de permanência nos territórios, tornando-se, portanto, relevantes para a compreensão das dinâmicas contemporâneas do meio rural.

Por fim, os achados deste estudo sugerem que a incorporação da diversidade sexual e de gênero às formulações políticas do MPA representa mais do que a inclusão de uma nova pauta temática. Trata-se de uma ampliação da própria compreensão sobre as condições necessárias à reprodução social do campesinato. Nesse sentido, a discussão proposta pelos documentos contribui para recolocar o debate sobre políticas públicas rurais em termos que articulam acesso a recursos, reconhecimento social e participação coletiva. Assim, evidencia-se que a permanência no campo não depende exclusivamente das condições materiais de produção, mas também das relações sociais que sustentam a vida nos territórios.

Conclusões

A análise documental evidenciou uma reconfiguração qualitativa na formulação política do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entre 2019 e 2025, caracterizado pela passagem do debate sobre diversidade sexual e de gênero de uma dimensão predominantemente formativa para uma dimensão estruturante das condições de reprodução social no campo. Esse movimento indica que gênero e sexualidade passam a ser incorporados, nas formulações analisadas do MPA, como mediações concretas da organização do trabalho, da família e da permanência territorial, tensionando interpretações que os situam como elementos periféricos na análise da questão agrária.

Do ponto de vista analítico, o estudo contribui para o campo da sociologia rural e dos estudos agrários ao evidenciar que as dinâmicas de permanência e sucessão no campo demandam a incorporação de mediações relacionadas às normas de gênero, sexualidade e organização familiar. Ao fazê-lo, amplia o escopo da análise da reprodução social do campesinato, articulando dimensões materiais e simbólicas de forma integrada.

Nesse sentido, os resultados sugerem que a Agroecologia e o Plano Camponês são mobilizados pelo movimento como propostas de reorganização produtiva e de transformação das relações sociais nos territórios. A incorporação mais explícita das questões de gênero e sexualidade às formulações do MPA indica uma ampliação da compreensão sobre as condições necessárias à reprodução social do campesinato, articulando dimensões econômicas, políticas e culturais da vida no campo.

A análise desenvolvida indica, também, que a resistência camponesa envolve a defesa material do território e a disputa pelas condições sociais que permitem a reprodução da vida e a permanência dos sujeitos nos campos, águas e florestas. Desse modo, gênero e sexualidade aparecem como mediações constitutivas da reprodução social do campesinato. A exclusão de sujeitos LGBTI+ afeta simultaneamente experiências de reconhecimento e os mecanismos materiais por meio dos quais o campesinato reproduz sua própria existência como classe social, uma vez que interfere na sucessão geracional, no acesso aos meios de produção e na constituição das redes sociais responsáveis pela continuidade da vida nos territórios.

Entre essas mediações, os territórios do medo sintetizam a convergência entre coerção moral, exclusão patrimonial e restrição do pertencimento, evidenciando como a exclusão de sujeitos LGBTI+ compromete simultaneamente o reconhecimento social, a permanência territorial e a reprodução social do campesinato.

Por fim, os achados desta pesquisa sugerem que a efetividade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar depende da capacidade de reconhecer a diversidade de experiências existentes nos territórios rurais. Ao evidenciar que as condições de permanência no campo envolvem não apenas acesso à terra, renda e trabalho, mas também processos de reconhecimento social e participação comunitária, o estudo contribui para ampliar o debate sobre reprodução social, sucessão camponesa e desenvolvimento rural. Cabe ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa baseada em análise documental, os resultados referem-se às formulações institucionais do movimento e não permitem generalizações diretas sobre a totalidade das experiências vividas nos territórios. Essa limitação aponta para a necessidade de pesquisas futuras que incorporem entrevistas, observação de campo e outras estratégias metodológicas capazes de aprofundar a compreensão das relações entre diversidade, organização social e permanência no campo.

Referências bibliográficas

AGUILAR, Iván Antonio Aguilar. Reimaginar la vida en el campo: saberes LGBTIQ+ transformando la agroecología. **Revista de Agroecología**, v. 39, n. 1-2, p. 21-25, 2025. Disponível em: https://leisa-al.org/web/wp-content/uploads/Vol39n1-2.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

ALVES, Rafaela da Silva; QUEVEDO, Mateus Menezes (org.). **Juventude camponesa do MPA**: a ação gera organização. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2019. (Coleção Plano Camponês, v. 5). E-book. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/02/VOLUME-5-JUVENTUDE.pdf. Acesso em: 01 abr. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, conflitualidade e territorialidade. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 173-196.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231–239, 2006. Disponível em: https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/es/article/download/50109/54229/61939. Acesso em: 13 jun. 2026.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

GOMES, Jeam Claude de Souza; KNOX, Winifred; FARIAS, Pedro Henrique Bezerra. Território do medo: desvendando a LGBTfobia no Brasil rural. **CIPPUS - Revista de Iniciação Científica**, Canoas, v. 11, n. 2, 2023. DOI: https://doi.org/10.18316/cippus.v11i2.11222.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Politicas-Publicas-DR-livro-Grisa-Scnheider-1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Diversidade sexual e de gênero no MPA**: contribuições para o debate. Brasília: MPA, 2025. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1et71o7wXME49g4q-LgnOoiEoZfHH19gy/edit?usp=sharing&ouid=117226012237634697962&rtpof=true&sd=true. Acesso em: 01 abr. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Marcelo Leal Teles da (Org.). **Plano Camponês**: por soberania alimentar e poder popular. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

VIA CAMPESINA-BRASIL. **Diversidade sexual e de gênero na Via Campesina**: rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo. São Paulo: Via Campesina, 2020. Disponível em: https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2023/06/PDF_CARTILHA_LGBTI_VIA_CAMPESINA.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil camponesa**: articulando a dimensão geracional com a classe social. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

Raul Amorim
Raul Amorim é mestrando em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL/UNESP). Biólogo, graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba (2023). Atuou de 2020 a 2025 como professor de Ciências da Natureza na rede pública estadual de São Paulo. Atualmente, integra o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), onde contribui com ações de articulação política e mobilização. Desenvolve atividades nas áreas de extensão rural, mudanças climáticas, agroecologia, educação de jovens e adultos, divulgação científica, diversidade na educação e metodologias ativas.

E-mail: raul.w.amorim@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8641983766751843
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8151-4510https://orcid.org/0000-0003-2129-5031

Financiamento: Cooperação Técnica VPAAPS-005-FIO-26 “Agroecologia e Saúde: fortalecendo organizações camponesas para o cuidado com o planeta.”
Crédito de autoria (CRediT): O autor: Conceitualização, Metodologia, Produção de dados, Análise e Interpretação, Escrita e Revisão.
Conflito de interesse: Não se aplica
CAAE: Não se aplica
Declaração de uso de IAG: O artigo contou com auxílio da seguinte ferramenta de Inteligência Artificial Generativa (IAG): ChatGPT (OpenAI, versão GPT-5.5; acesso entre março e julho de 2026), com a finalidade de apoio à revisão textual, aprimoramento da clareza, coesão, organização estrutural do manuscrito, discussão da consistência argumentativa e aperfeiçoamento da redação científica. Declaro que,

após o uso destas ferramentas, revisei e editei o conteúdo em conformidade com as boas práticas acadêmicas e o método científico, assumindo total responsabilidade pelo conteúdo da publicação e uso ético das ferramentas de IAG, bem como pelo resultado de seu uso. Também atestamos que todos os usos e ferramentas foram declarados.